

MEDINDO AUTOCENSURA E POLARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PEDRO DAMAZIO FRANCO¹ 

ANDRÉ LUZARDO² 

LUDMILA FRATUCCI BAILONI³ 

FERNANDA CLIVATI FASSULA³ 

RESUMO: O presente estudo aplicou um instrumento para mapear indicadores de autocensura e polarização em uma amostra de 357 alunos universitários. Perguntamos o quão confortáveis ou relutantes os respondentes se sentem em participar de discussões sobre uma variedade de temas sensíveis, quais são as consequências que mais preocupam os respondentes que se autocensuram e outras questões relacionadas à sua experiência no *campus*. Concluímos que, entre os temas levantados, discussões políticas são as que mais geram conflito e autocensura entre alunos e que represálias sociais são as que mais geram preocupação entre os que se autocensuram. Avaliamos também quais elementos do perfil dos respondentes influem nas suas percepções desses problemas. Ao final, discutimos algumas limitações do estudo e apontamos direções para pesquisas e intervenções futuras com base nos resultados obtidos.

Palavras-chave: Autocensura. Polarização. Educação superior. Liberdade de expressão. Tolerância política.

MEASURING SELF-CENSORSHIP AND POLARIZATION IN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: The present study applied an instrument for mapping indicators of self-censorship and polarization in a sample of 357 university students. We asked how comfortable or reluctant respondents are in participating in discussions on a variety of sensitive topics, what consequences respondents who self-censor are most concerned about, and other questions related to their experience on campus. We concluded that, among the topics raised, political discussions generate the most conflict and self-censorship among students and that those who self-censor are mostly concerned with social reprisals. We also evaluated which elements of

1. Columbia University – Teacher’s College – Nova York (NY), Estados Unidos. E-mail: pdfranco@gmail.com

2. Universidad Anáhuac Veracruz – Xalapa (VC), México. E-mail: andre.luzardo@anahuac.mx

3. Centro Universitário Filadélfia – Londrina (PR), Brasil. E-mails: ludmilabailoni@gmail.com; fassula@unifil.br

Estudo elaborado por meio de parceria entre o ProjetoPrisma.org e a reitoria do Centro Universitário Filadélfia.

Editor de seção: Ana Maria Almeida 

the respondents' profile influence their perceptions of these problems. Finally, we discussed limitations of the study and pointed out directions for future research and interventions based on these results.

Keywords: Self-censorship. Polarization. Higher education. Freedom of speech. Political tolerance.

MIDIENDO LA AUTOCENSURA Y LA POLARIZACIÓN EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR

RESUMEN: El presente estudio aplicó y evaluó un instrumento para mapear indicadores de autocensura y polarización en una muestra de 357 estudiantes universitarios. Preguntamos qué tan cómodos o reacios se sienten los encuestados a participar en discusiones sobre una variedad de temas delicados, qué consecuencias les preocupa más a los encuestados que se autocensuran y otras preguntas relacionadas con su experiencia en el campus. Concluimos que, entre los temas abordados, las discusiones políticas son las que generan más conflicto y autocensura entre los estudiantes y que las represalias sociales son las que generan más preocupación en los que se autocensuran. También evaluamos cuánto influye el perfil de los encuestados en sus percepciones sobre esos problemas. Al final, discutimos algunas limitaciones del estudio y señalamos direcciones para futuras investigaciones e intervenciones basadas en los resultados obtenidos.

Palabras clave: Autocensura. Polarización. Educación superior. Libertad de expresión. Tolerancia política.

Introdução

Embora a liberdade de expressão não seja igualmente valorizada ou garantida em todas as culturas e sociedades, ela é normalmente considerada um direito fundamental em regimes democráticos modernos (CABRAL, 2010; CAVALCANTE FILHO, 2018; WARBURTON, 2020). Na tradição liberal, a capacidade dos cidadãos de expressarem abertamente seus pontos de vista figura não apenas como um direito individual, mas também como um instrumento imprescindível para tornar mais frutíferas a busca da verdade e a deliberação em torno de problemas coletivos (JACOBSON, 2016). Embora dispositivos legais e institucionais frequentemente entrem em foco quando se discutem as garantias necessárias à liberdade de expressão, tal liberdade também pode ser coibida por uma variedade de mecanismos sociais e psicológicos para além da censura institucionalizada – como, por exemplo, aquilo que John Stuart Mill (2018) chamou de “tirania da opinião e do sentimento dominantes”. Quando nos julgamos portadores de uma opinião potencialmente controversa ou percebemos que uma discussão se tornou difícil de navegar sem passar a *impressão errada*, podemos considerar os riscos de represálias maiores do que os benefícios da autoexpressão. A autocensura, portanto, pode se proliferar e inibir a livre expressão e circulação de ideias mesmo em sociedades ostensivamente livres e democráticas (WYATT et al., 1996; HAYES; GLYNN; SHANAHAN, 2005; HAYES, 2007; COOK; HEILMANN, 2012).

Apesar da proteção que oferece contra eventuais represálias indesejáveis, a autocensura também pode trazer custos graves para indivíduos, organizações e sociedades inteiras (JANIS, 1982; KURAN, 1997; PERLOW, 2003; SUNSTEIN, 2005). A autocensura pode ser particularmente nociva quando ocorre em comunidades voltadas para o desenvolvimento cívico e intelectual de seus membros, como é tradicionalmente o caso da universidade. Além dos custos psicológicos da autoexpressão inibida – que podem incluir depressão, ansiedade e

isolamento (PATRICK et al., 2019; SNYDER, 2020) –, o aluno que se autocensura corre o risco de não desenvolver de maneira plena as capacidades de elaborar, explicitar e defender suas opiniões perante uma audiência crítica. Seus colegas, por sua vez, também são prejudicados, pois eles perdem a oportunidade de ouvir, dialogar e, se for o caso, contestar com competência argumentativa pontos de vista que diferem dos seus. Ao coibir oportunidades para que alunos aprendam a argumentar e discordar uns dos outros de maneira construtiva, a autocensura pode então coibir o desenvolvimento de competências básicas para a exploração intelectual, a deliberação coletiva, o raciocínio crítico, o inquérito científico e a convivência harmoniosa em uma sociedade democrática e plural (JOHNSON; JOHNSON; TJOSVOLD, 2000; HESS, 2009; ZIMMERMAN; ROBERTSON, 2017).

Não à toa, no contexto de crescente polarização política que se faz presente no Brasil e no resto do mundo (ABRAMOWITZ; SAUNDERS, 2008; LELKES, 2016; FUKS; MARQUES, 2020; FUKS; RIBEIRO; BORBA, 2020; ORTELLADO; RIBEIRO; ZEINE, 2022), o debate em torno do clima de expressão cultivado nas nossas instituições de ensino superior vem ocupando lugar de destaque (CHONG, 2006; LEA, 2008; LUKIANOFF; HAIDT, 2018; PAIM, 2019; DOWNS, 2020; REVERS; TRAUNMÜLER, 2020; GIANNATTASIO, 2022).

De modo a avançar linhas de inquérito relevantes a essa discussão, o presente estudo aplicou, em novembro de 2021, um instrumento desenvolvido para mensurar indicadores de autocensura e polarização em uma amostra de 357 alunos do Centro Universitário Filadélfia, uma instituição privada de ensino superior na cidade de Londrina, Paraná. Nosso questionário, o qual chamamos de Pesquisa de Clima de Expressão (PCE), é uma versão traduzida e adaptada da Campus Expression Survey (CES), instrumento desenvolvido e aplicado anualmente desde 2019 nos Estados Unidos pela Heterodox Academy¹. Nossas hipóteses de pesquisa se basearam em parte nos resultados obtidos pela CES nos Estados Unidos, levando em conta particularidades culturais dos dois países. Explicitamos essas hipóteses mais adiante e, em seguida, apresentamos os resultados obtidos. Posteriormente, discutimos os achados relevantes, algumas limitações do presente estudo e caminhos possíveis para pesquisas futuras e intervenções direcionadas.

Resultados da Campus Expression Survey e Hipóteses para a Pesquisa de Clima de Expressão

No momento em que o presente estudo foi realizado, resultados da CES haviam sido publicados pela Heterodox Academy para os anos de 2019 e 2020 (ZHOU; ZHOU, 2022). Um dos objetivos da CES era avaliar o quão confortáveis ou relutantes alunos universitários se sentem participando de discussões em sala de aula sobre uma variedade de tópicos sensíveis, incluindo política, religião, questões raciais, questões de gênero e questões LGBTQ+. Nota-se, nos resultados da CES, que a política figura consistentemente como o tópico que mais gera relutância entre os participantes. Antecipamos que, dado o quadro comparavelmente intenso de polarização política no Brasil, nossa amostra capturaria essa mesma tendência.

Em relação a quais alunos são os mais relutantes em se expressar, os resultados da CES mostram que grupos demográficos diferentes variam em termos dos assuntos que mais geram relutância. Entre eles, o grupo que mais consistentemente exhibe relutância nas amostras da CES são alunos que expressam afinidade política com o Partido Republicano. Considerando que a amostra coletada pela CES sugere que alunos de direita são minoritários nos *campi* americano – e pesquisas anteriores também apontam para a predominância da esquerda entre o corpo docente e administrativo da educação superior americana (AL-GHARBI, 2018; LANGBERT, 2018; WRIGHT; MOTZ; NIXON, 2019; ABRAMS; KHALID, 2020) –, tal resultado é consistente com a teoria da “espiral do silêncio”, que prevê maiores índices de autocensura entre indivíduos que se entendem como portadores de opiniões minoritárias (SCHEUFLE; MOY, 2000).

Embora no Brasil seja comum a percepção de que a comunidade acadêmica tende à esquerda no espectro político, ainda carecemos de estudos acadêmicos sistemáticos voltados ao tema (FRANCO, 2020). O presente estudo pode, portanto, servir também como um avanço sobre o tema da diversidade ideológica do meio acadêmico brasileiro, sobre o qual pesquisadores brasileiros raramente publicam. No entanto, apesar da proximidade com esse tema, o presente estudo e seus resultados devem ser devidamente relativizados em consequência da particularidade da nossa amostra. Salientamos, portanto, que a instituição na qual os alunos participantes do estudo estão matriculados é de caráter confessional evangélico e localizada em um município com forte eleitorado de direita (CUNHA; MAURO; BANQUIERI, 2018).

Seja como for, na ausência de dados preliminares sobre o perfil político dos estudantes em questão, antecipamos apenas que os grupos de alunos que percebem a sua orientação ideológica como minoritária no *campus* seriam os mais propensos a se autocensurar. Para investigar essa hipótese, incluímos itens, seguindo o modelo original da CES, para avaliar a orientação ideológica dos respondentes e a sua percepção de quais são as orientações ideológicas majoritárias/minoritárias no *campus*.

Os resultados anteriores da CES também apontam as consequências de que os participantes mais têm receio caso se expressem abertamente nas discussões em que sentem relutância em participar. Dessas consequências, a que mais consistentemente gera preocupação nas amostras do CES é a reprovação de outros colegas. Antecipamos que represálias sociais vindas dos colegas também gerariam maior preocupação entre nossos respondentes do que represálias acadêmicas vindas dos professores ou represálias administrativas oriundas da universidade.

Também incluímos no questionário alguns itens que buscam avaliar com que frequência os participantes são tratados mal ou injustamente por causa das suas opiniões políticas, das suas crenças religiosas, do seu gênero, da sua cor/raça ou da sua orientação sexual. Antecipamos, dado o presente quadro de polarização política, que participantes iriam relatar os maus-tratos por causa de opiniões políticas com frequência relativamente alta e que alunos de orientação política minoritária iriam relatar esse tipo de maus-tratos com frequência maior do que a média. Antecipamos também que, nas outras causas de maus-tratos averiguadas, relatariam maior frequência de maus-tratos alunos pertencentes a grupos tradicionalmente vulneráveis conforme as suas respectivas categorias demográficas (alunas mulheres, na categoria de gênero; alunos negros, na categoria cor/raça; alunos LGBTQ+, na categoria orientação sexual; e alunos de baixa renda, na categoria classe social).

Método de Aplicação da Pesquisa de Clima de Expressão

Procuramos a reitoria do Centro Universitário Filadélfia, onde fomos prontamente recebidos, e apresentamos a proposta de aplicação da pesquisa. A reitoria interessou-se pela proposta e autorizou a realização dos trabalhos. O instrumento foi adaptado ao Google Forms em parceria com a equipe do centro universitário e aplicado a um grupo piloto de alunos, que contemplou desde ingressantes até concluintes do ensino superior dos cursos de graduação em Direito e Psicologia, na modalidade presencial, e Teologia, na modalidade educação a distância.

Antes da aplicação ao grupo inicial de alunos, realizamos uma reunião com os três coordenadores dos três cursos de graduação citados e explicamos o intuito da pesquisa – buscar conhecer melhor o quão confortáveis os alunos se sentem em expressar suas opiniões nos ambientes de aprendizagem da instituição sobre os diversos temas. Avisamos que a ideia era estender a pesquisa para todos os alunos da universidade, mas que o grupo inicial seria composto dos seus alunos a fim de promovermos possíveis ajustes no formulário, caso fosse verificada a necessidade. Os coordenadores foram receptivos à proposta e apoiaram-na de imediato.

Feita a amostragem inicial, algumas pequenas adaptações no formulário foram realizadas, mas sem prejuízo para a amostra já coletada. Com isso, o questionário foi encaminhado a todos os alunos dos cursos de graduação e pós-graduação das modalidades presencial e a distância da universidade. O *link* de acesso ao formulário foi enviado por *e-mail* aos alunos, e os coordenadores de curso incentivaram a participação deles em alguns momentos, enquanto a pesquisa estava liberada, ressaltando que esta se destinava a avaliar o quão relutantes ou confortáveis os alunos se sentem em participar de certas discussões em sala de aula.

Ao longo de todo o processo, certificou-se da impossibilidade de relacionar os dados coletados com a pessoa natural identificada ou identificável, assegurando assim que a pesquisa não trabalha com dados pessoais ou sensíveis, de acordo com orientação do Ofício Circular nº 2/2021/Conep/SECNS/MS e artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados, nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. O termo de livre consentimento utilizado pode ser conferido no questionário original, incluído no repositório de dados Github, disponível por meio do *link*: <https://tinyurl.com/wweesw9f>.

Resultados da Pesquisa de Clima de Expressão

Representatividade dos Respondentes

Do universo total de alunos nos cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e a distância em novembro de 2021, quando a pesquisa foi aplicada (N = 6.333), o retorno foi de 357 respondentes. Todos os dados coletados, incluindo sumário do perfil da amostra e códigos R de análise estatística, podem ser acessados no repositório de dados Github.

Conforme as variáveis demográficas contempladas no questionário, dados oficiais da instituição nos permitiram avaliar a representatividade da amostra apenas nos quesitos faixa etária e sexo. O teste χ^2 para uma amostra não encontrou diferença significativa entre amostra e população no que diz respeito a faixa etária (X-squared = 20, df = 16, p = 0,2202) e sexo (X-squared = 0, df = 1, p = 1).

Perfil Político dos Respondentes

Para mapear o perfil político-ideológico dos respondentes, fizemos três perguntas. Primeiramente, perguntamos se o respondente tem preferência por alguma denominação política – conservador, liberal, progressista, socialista, outra denominação, apolítico/não penso muito sobre isso e uma opção para autopreenchimento da denominação de preferência (alunos que optaram por autopreenchimento foram agrupados em outra denominação). Em seguida, perguntamos como no espectro ideológico o respondente se colocaria em relação a *questões econômicas*: centro, centro-esquerda, centro-direita, esquerda, direita, ultraesquerda, ultradireita ou apolítico/não penso muito sobre isso. Usando essas mesmas opções de resposta, perguntamos em que categoria no espectro ideológico o respondente se colocaria em relação a *questões culturais*.

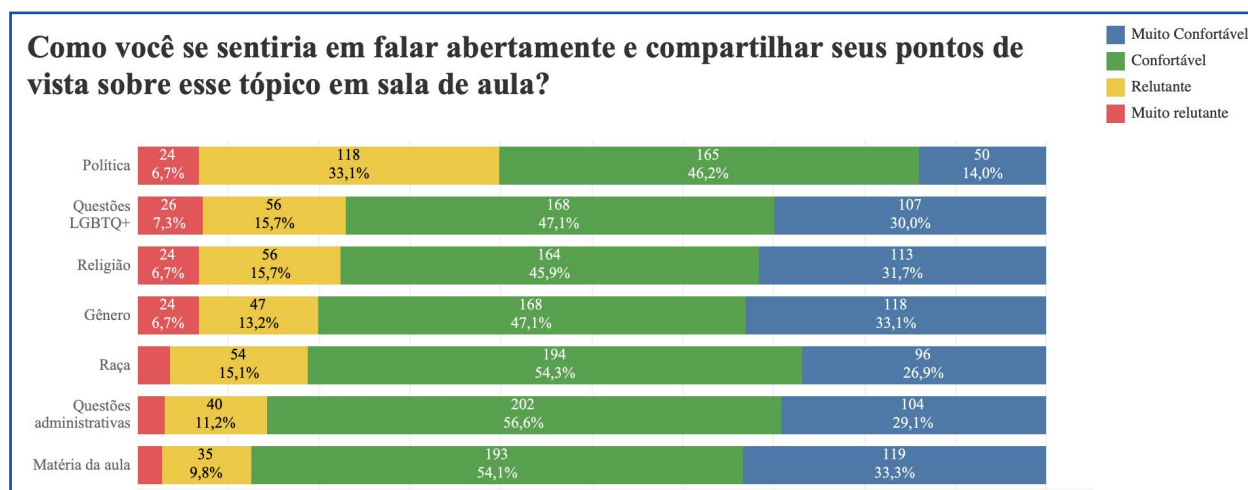
Quanto às denominações políticas dos respondentes, nota-se que, excluindo alunos apolíticos (22,1%), os respondentes da amostra demonstraram preferência por denominações que, no Brasil, são tradicionalmente consideradas à direita do espectro político: 24,9% conservadores e 17,4% liberais. Entre denominações tradicionalmente consideradas à esquerda, 6,7% declarou-se progressista e 8,7% socialista. No espectro político-econômico, no entanto, a distribuição é mais equilibrada, com 30% posicionando-se à direita do centro e 28,3% à esquerda do centro. No espectro político-cultural, a distribuição pende mais para a esquerda, com 25,77% posicionando-se à direita do centro e 33,05% à esquerda do centro.

Constata-se, portanto, certa inconsistência nas três mensurações político-ideológicas. Isso é especialmente verdadeiro entre respondentes que se declararam liberais: apesar de essa denominação ser tradicionalmente considerada de direita no espectro político brasileiro, 40,3% desses respondentes se colocaram à esquerda do centro em relação a questões culturais, e (particularmente surpreendentes) 33,9% deles se colocaram à esquerda do centro no que tange a questões econômicas. Conservadores colocaram-se mais consistentemente à direita, enquanto progressistas e socialistas, mais consistentemente à esquerda. A relação exata entre as três dimensões de perfil político-ideológico pode ser verificada nas figuras *i* e *ii* no repositório de dados; por causa do baixo número de respondentes que se declararam de ultraesquerda ou de ultradireita tanto sobre questões econômicas quanto culturais, tais respondentes foram agrupados com respondentes de esquerda e direita, respectivamente, nas figuras referidas.

Autocensura

A Fig. 1 mostra o grau de conforto ou relutância que os respondentes sentem em falar abertamente e compartilhar seus pontos de vista sobre uma variedade de assuntos política e/ou culturalmente sensíveis (política, religião, raça, orientação sexual e gênero). Perguntamos também sobre o conforto/a relutância do respondente em falar a respeito de dois assuntos com baixo grau de sensibilidade político-cultural (questões administrativas da faculdade e matéria da aula). Demos exemplos de alguns debates controversos acerca de cada assunto para ajudar o respondente a imaginar as discussões das quais estaria participando. Os assuntos levantados e os exemplos de debates dados para cada assunto no questionário podem ser consultados no repositório de dados, no qual se encontra o formulário original.

Como esperado, assuntos não sensíveis geram o menor grau de relutância entre os assuntos levantados, com apenas 12,6 e 14,3% de alunos relutantes ou muito relutantes em falar abertamente sobre, respectivamente, a matéria da aula e questões administrativas da faculdade. Seguindo a ordem ascendente dos assuntos sensíveis, 18,8% dos respondentes se dizem relutantes ou muito relutantes em falar abertamente sobre questões raciais em sala de aula, 19,9% são relutantes ou muito relutantes em falar sobre questões de gênero, 22,4% são relutantes ou muito relutantes em falar sobre questões religiosas e 23% são relutantes ou muito relutantes em falar sobre questões LGBTQ+. Questões políticas são, com ampla margem, as que mais geram relutância: 39,8% dos respondentes afirmam sentir-se relutantes ou muito relutantes em participar de discussões sobre esse tópico em sala de aula.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 1. Grau de conforto/relutância entre a totalidade dos respondentes.

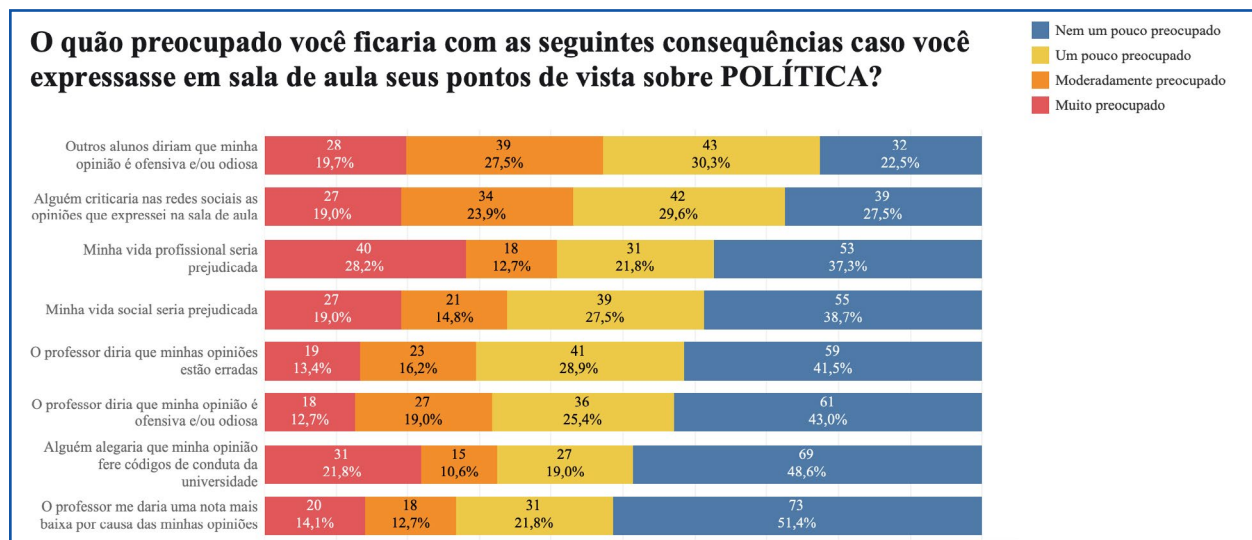
Consequências

Para investigar os motivos que levam à autocensura, perguntamos o quão preocupados os respondentes ficariam com uma lista de consequências possíveis caso expressassem seus pontos de vista sobre os tópicos levantados. A Fig. 2 mostra o grau de preocupação dos respondentes que se declararam relutantes ou muito relutantes em discutir política em relação às consequências listadas.

Nota-se que, entre represálias de natureza administrativa, acadêmica ou social, os respondentes expressaram preocupação principalmente em relação a represálias sociais. O mesmo padrão se verifica em todos os outros tópicos sensíveis sobre os quais os respondentes relataram relutância em se expressar: a consequência que mais gera preocupação é sempre a de que “outros alunos diriam que a minha opinião é ofensiva e/ou odiosa”. A preocupação em torno de represálias acadêmicas vindas do professor ou represálias administrativas vindas da faculdade só superam a preocupação em torno de represálias sociais tratando-se de assuntos não sensíveis (matéria da aula e questões administrativas). Nota-se, também, saliente preocupação com prejuízos à vida profissional, estando esta à frente de todas as outras no quesito muito preocupado.

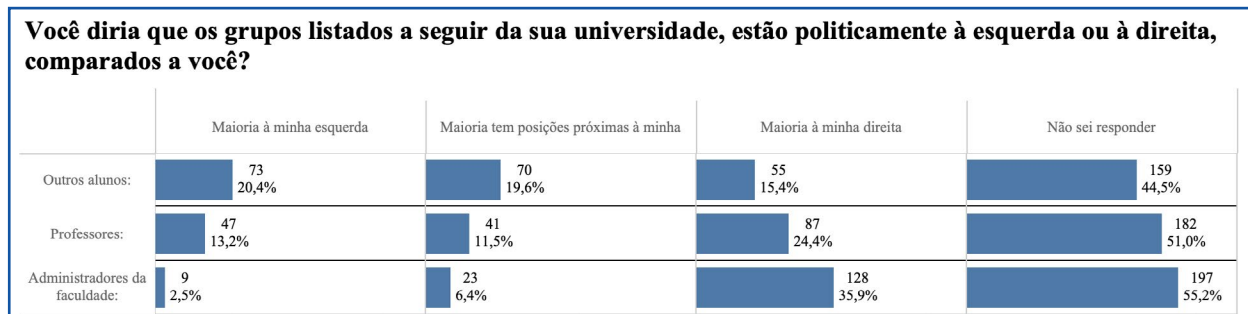
Percepção Sobre Ideologias Predominantes

Para informar nossa discussão sobre o quanto os indicadores de autocensura averiguados são motivados pela percepção das ideologias que dominam o *campus*, incluímos itens para averiguar a percepção do respondente sobre a orientação ideológica prevalente entre o corpo discente, o corpo docente e a administração da faculdade. Perguntamos ao respondente como ele enxerga cada um dos grupos em questão: majoritariamente à esquerda do respondente, à direita do respondente ou se a maioria tem posições parecidas com a do respondente. A Fig. 3 contabiliza o total de respostas a essa pergunta, enquanto a Fig. 4 divide os respondentes de acordo com as principais denominações políticas. Nota-se que a percepção dos respondentes é a de que a distribuição ideológica entre alunos tende levemente à esquerda; entre professores, levemente à direita; e entre administradores, mais acentuadamente à direita.



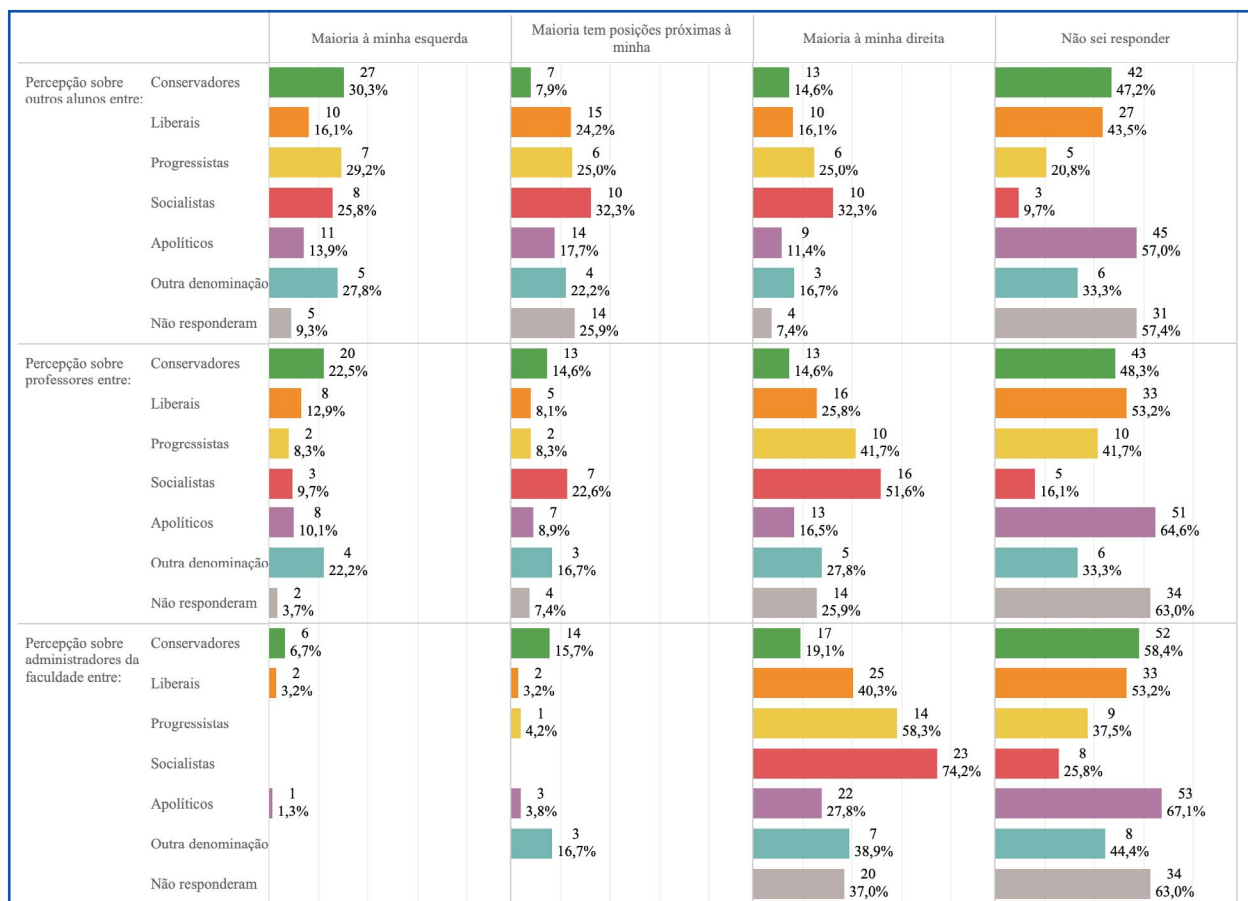
Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 2. Preocupações entre relutantes em discutir política.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 3. Percepção de predominâncias ideológicas.

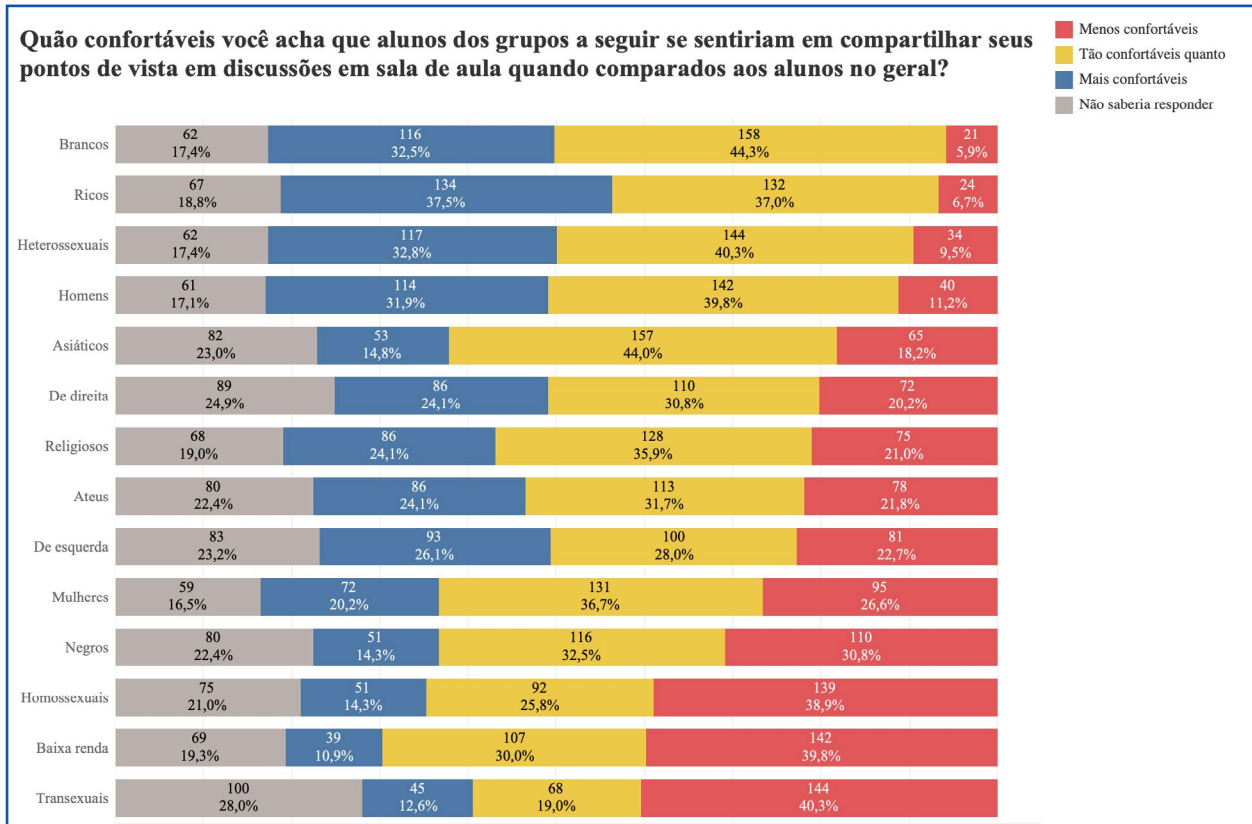


Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 4. Percepção de predominâncias ideológicas por denominações políticas diferentes.

Suposições dos Respondentes Sobre Grupos Diferentes

Perguntamos aos respondentes se eles acreditam que determinados grupos de alunos se sentem mais ou menos confortáveis em expressar suas opiniões comparados aos alunos em geral. A Fig. 5 mostra os grupos que os respondentes acreditam se sentir mais ou menos relutantes em ordem ascendente. Nota-se que, na percepção dos respondentes, o grau de relutância entre os diferentes grupos de alunos seguiria, *grosso modo*, uma conhecida fórmula referida na teoria social da interseccionalidade como “hierarquia de opressão” (GORSKI; GOODMAN, 2011), com alunos transexuais, de baixa renda, homossexuais, negros e mulheres



Fonte: Elaborado pelos autores.

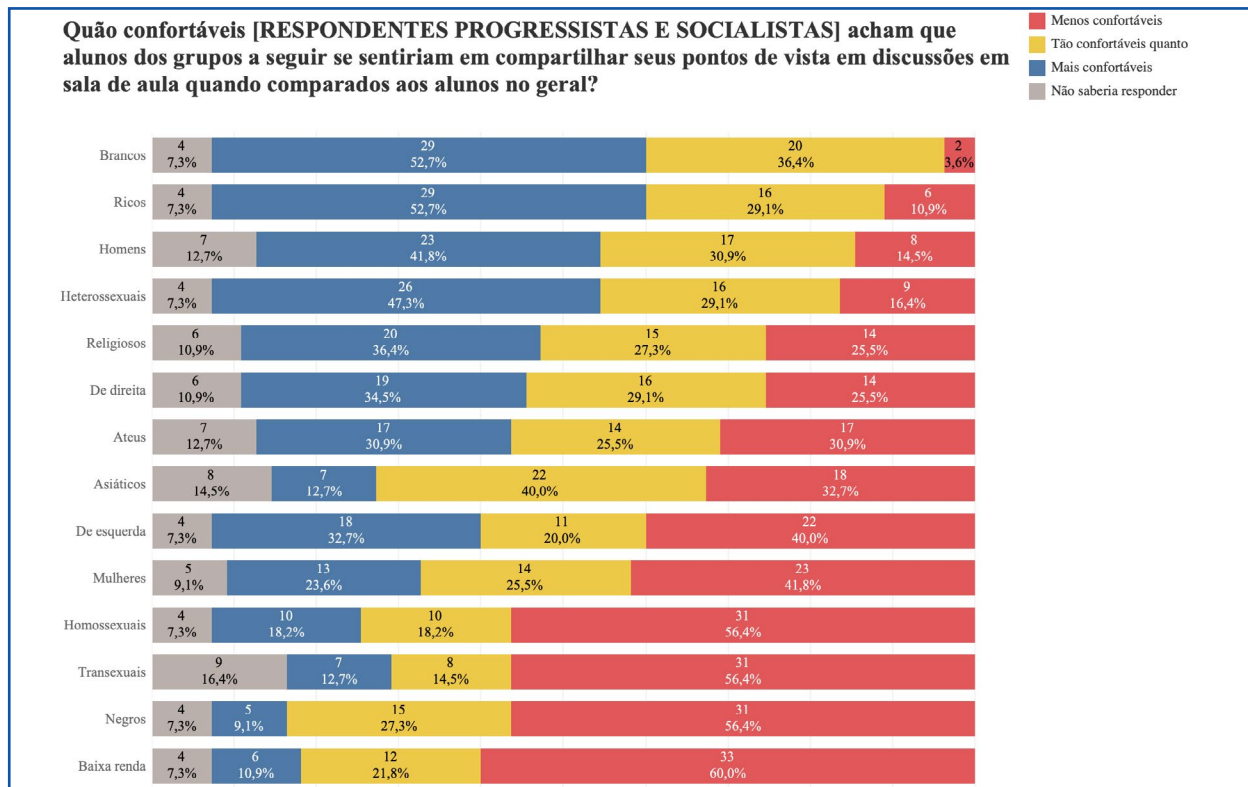
Figura 5. Suposições sobre conforto/relutância de outros grupos.

no nível inferior (mais relutantes em expressar-se do que a média) e alunos brancos, ricos, heterossexuais e homens no nível superior (mais confortáveis em expressar-se do que a média).

Constata-se também que essas suposições variam de acordo com a denominação política do respondente. A Fig. 6 mostra os grupos que respondentes progressistas ou socialistas acreditam se sentir mais ou menos relutantes em se expressar, enquanto a Fig. 7 mostra os grupos que respondentes conservadores acreditam se sentir mais ou menos relutantes em se expressar. Vê-se que, comparada à Fig. 5, a Fig. 6 apresenta maior variabilidade de conforto e relutância entre os grupos, enquanto a Fig. 7 exibe diminuição na variabilidade. Isso sugere que respondentes progressistas e socialistas consideram maior a diferença de conforto e relutância entre os diversos grupos de alunos do que os respondentes conservadores.

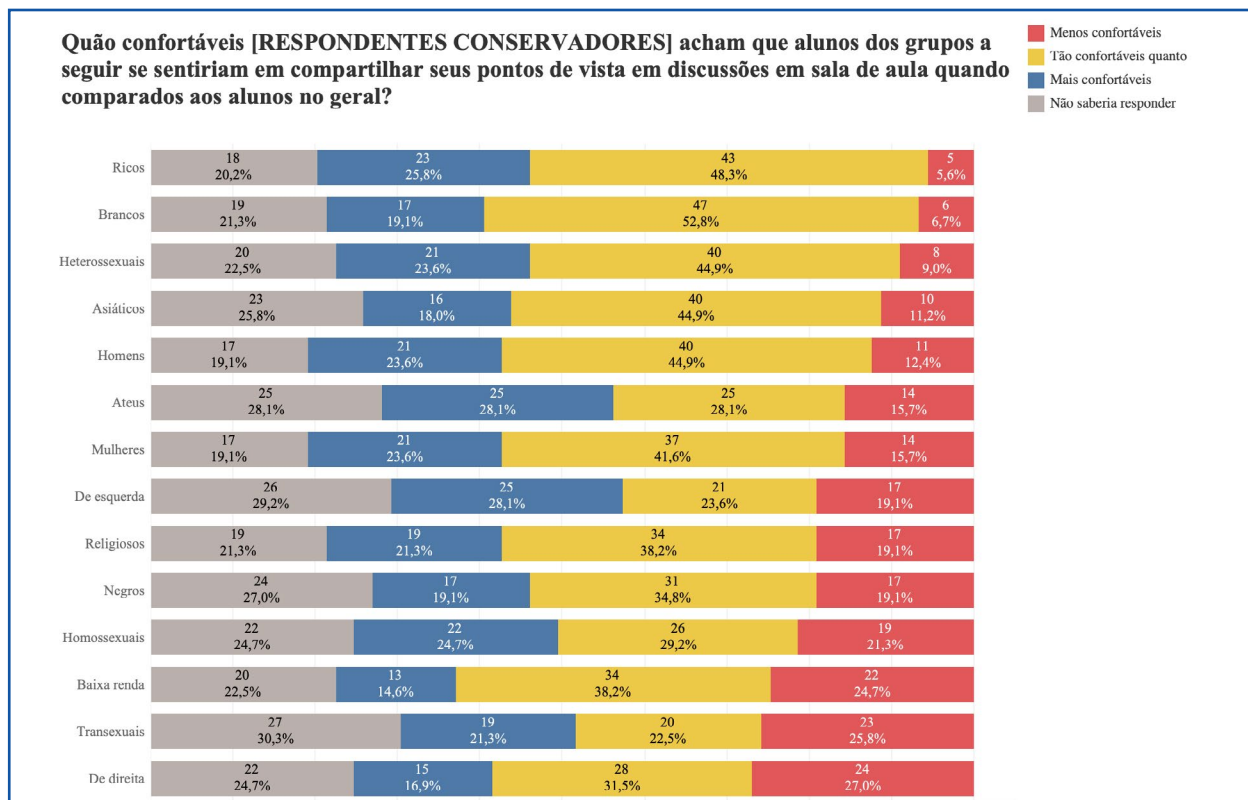
Autocensura Entre Grupos Diferentes

Para comparar os graus de conforto/relutância entre diferentes grupos de alunos, realizamos testes exatos de Fisher para apontar diferenças significativas entre sete variáveis: denominação política, sexo, faixa etária, orientação sexual, classe social, religião e grande área do saber na qual o respondente está matriculado. O p para determinação de significância estatística, após correção de Bonferroni para comparações múltiplas, foi estabelecido a 0,0009 (56 comparações, ou seja, $0,05/56 = 0,0008928$). O código em R com os testes estatísticos e o tratamento/a categorização das variáveis demográficas podem ser acessados no repositório de dados GitHub. As comparações que obtiveram valor estatisticamente significativo podem ser visualizadas na Tabela 1.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 6. Suposições sobre conforto/relutância de outros grupos entre respondentes progressistas e socialistas.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 7. Suposições sobre conforto/relutância de outros grupos entre respondentes conservadores.

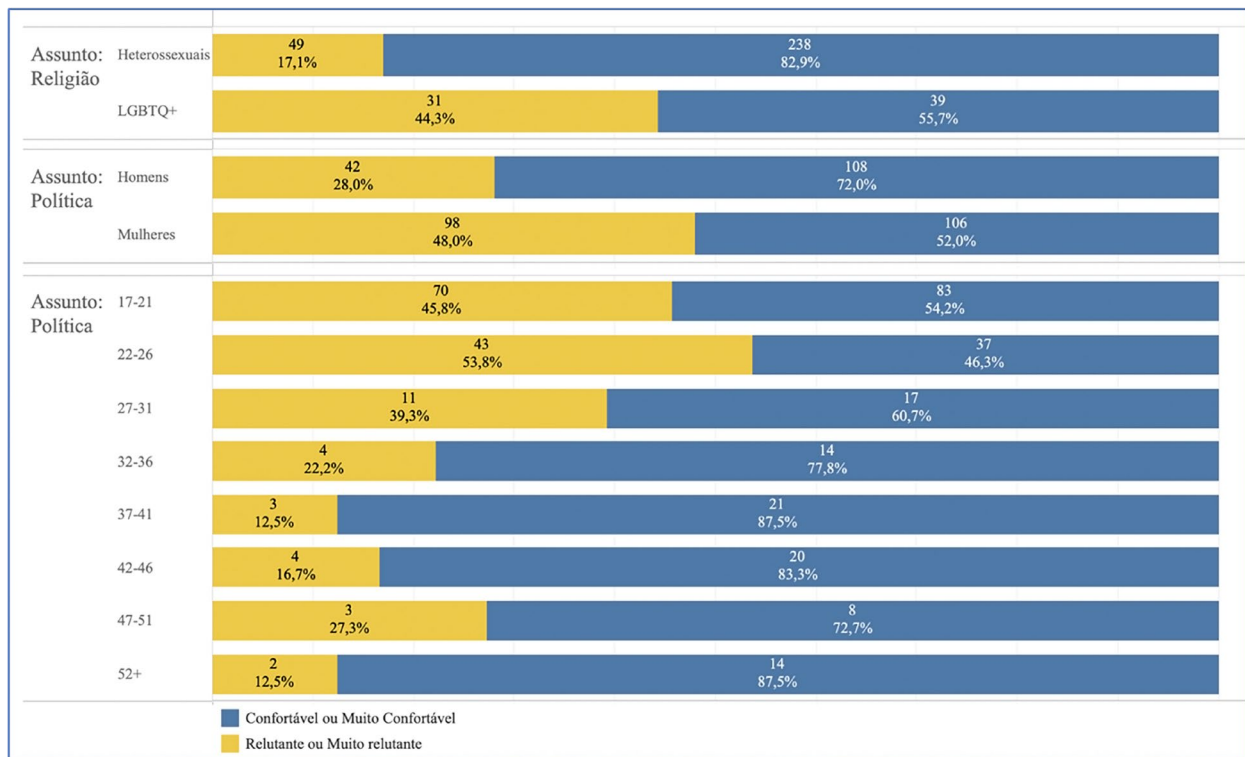
Tabela 1. Resultados significativos no teste fisher comparando variáveis demográficas em nível de conforto/relutância.

Categorias Demográficas	Tópicos						
	Política	Raça	Orientação sexual	Gênero	Religião	Questões administrativas	Matéria da aula
Sexo	p < 0,001						
Religião							
Classe							
Cor/raça							
Denominação política							
Faixa etária	p < 0,001						
Orientação sexual	p < 0,001						
Grande área do saber							

Fonte: Elaborado pelos autores.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas em grau de conforto/relutância para discutir nenhum dos tópicos levantados quando comparados respondentes por denominação política, classe social, religião e grande área do saber na qual o respondente está matriculado. Nota-se, no entanto, que o grau de conforto/relutância para discutir política em sala de aula varia significativamente de acordo com o sexo ($p = 1,605605e-4$) e a faixa etária ($p = 3,712271e-6$) do aluno. Também, o grau de conforto/relutância para discutir religião em sala de aula varia significativamente de acordo com a orientação sexual ($p = 5,244950e-07$) do aluno. Os diferentes graus de conforto/relutância entre os grupos concernentes a essas três variáveis podem ser visualizados na Fig. 8. Observa-se que:

- Mulheres são significativamente mais relutantes do que homens em discutir política em sala de aula;
- Alunos de menor faixa etária são significativamente mais relutantes do que alunos de maior faixa etária em discutir política em sala de aula;



Fonte: Elaborado pelos autores.

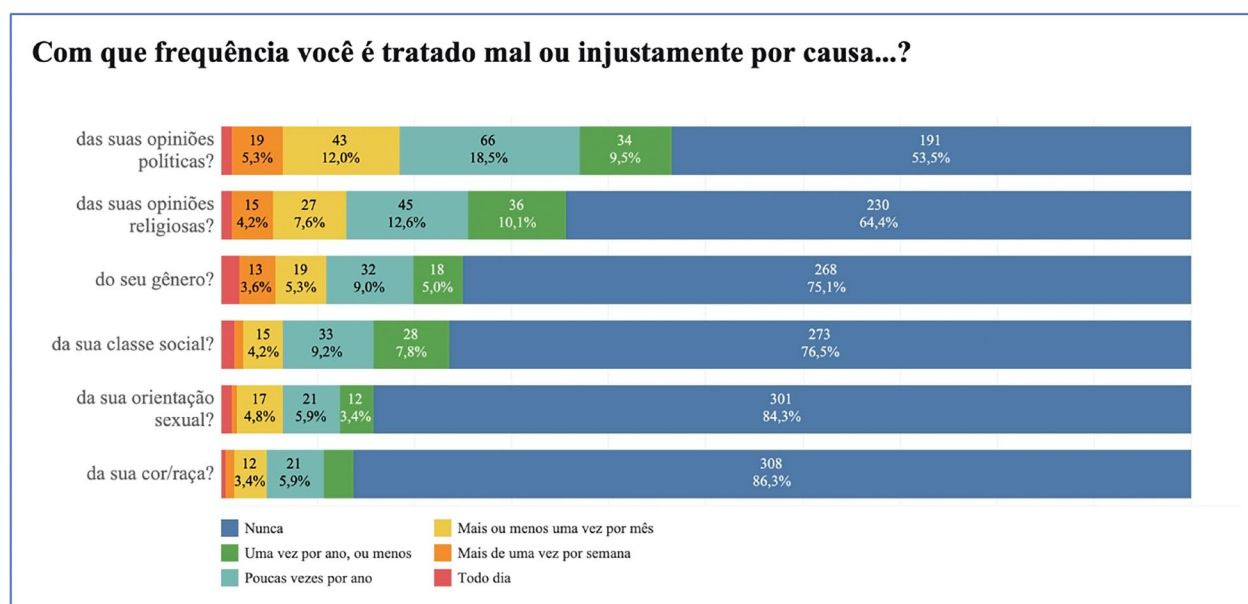
Figura 8. Comparações estatisticamente relevantes de conforto/relutância.

- Alunos LGBTQ+ são significativamente mais relutantes do que alunos heterossexuais em discutir religião em sala de aula.

Maus-Tratos no Campus

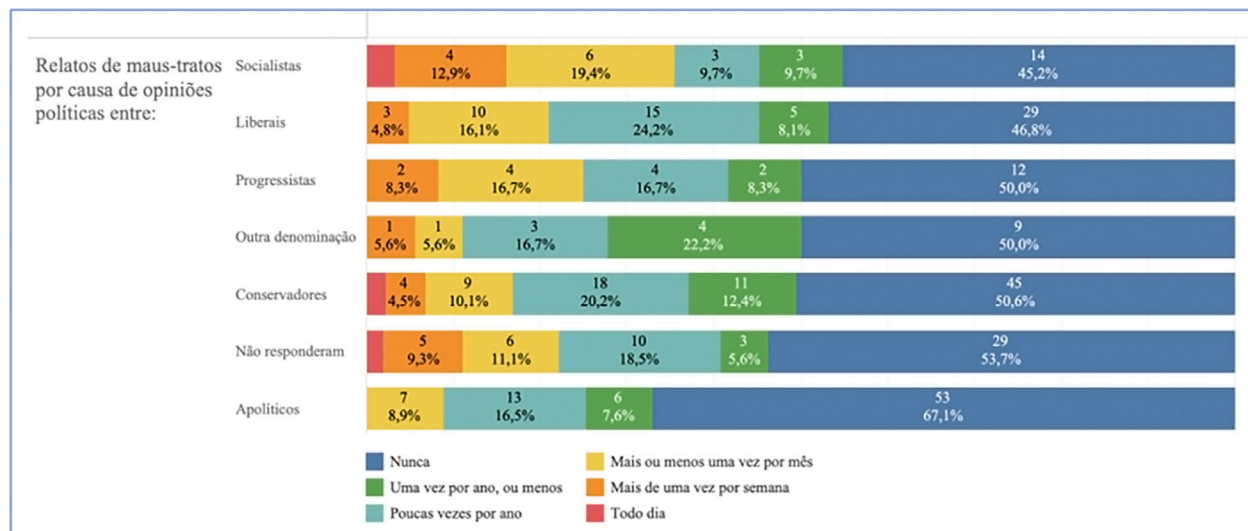
Perguntamos ao respondente com que frequência ele é tratado mal ou injustamente por causa de determinados elementos do seu perfil (opiniões políticas, opiniões religiosas, cor/raça, gênero, orientação sexual e classe social). A Fig. 9 mostra então os motivos e a frequência de maus-tratos relatados pelos alunos. Nota-se que, entre as motivações averiguadas, os respondentes consideram suas opiniões políticas o motivo principal por trás dos maus-tratos que relatam sofrer no *campus*.

Para avaliar se há alguma denominação política especialmente vulnerável a maus-tratos no *campus*, a Fig. 10 compara a frequência com que alunos de diferentes denominações políticas relatam sofrer maus-tratos por causa das



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 9. Motivos e frequência de maus-tratos relatados entre todos os respondentes.



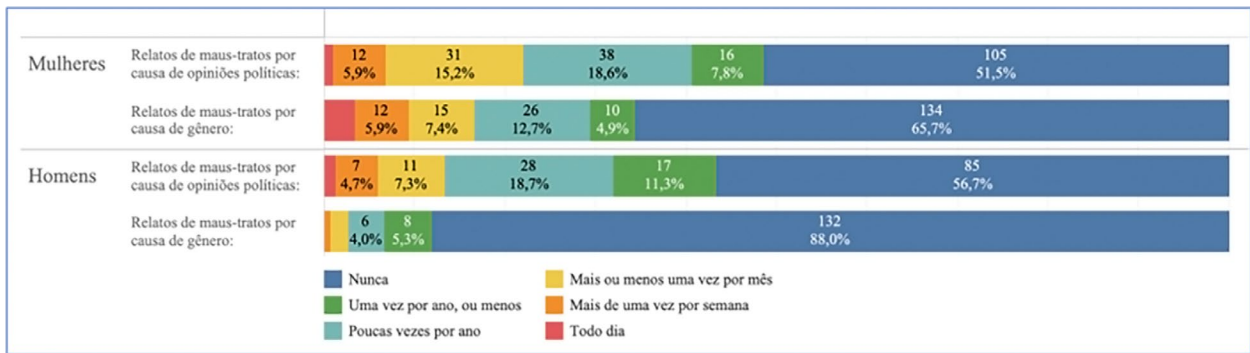
Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 10. Relatos de maus-tratos por motivação política entre diferentes denominações políticas.

suas opiniões políticas. Nota-se que a diferença entre as diversas denominações em termos de maus-tratos relatados é pequena. A única exceção é entre alunos apolíticos, que relatam sofrer maus-tratos por causa de suas opiniões políticas com frequência notavelmente menor do que alunos que declararam preferência por alguma denominação política.

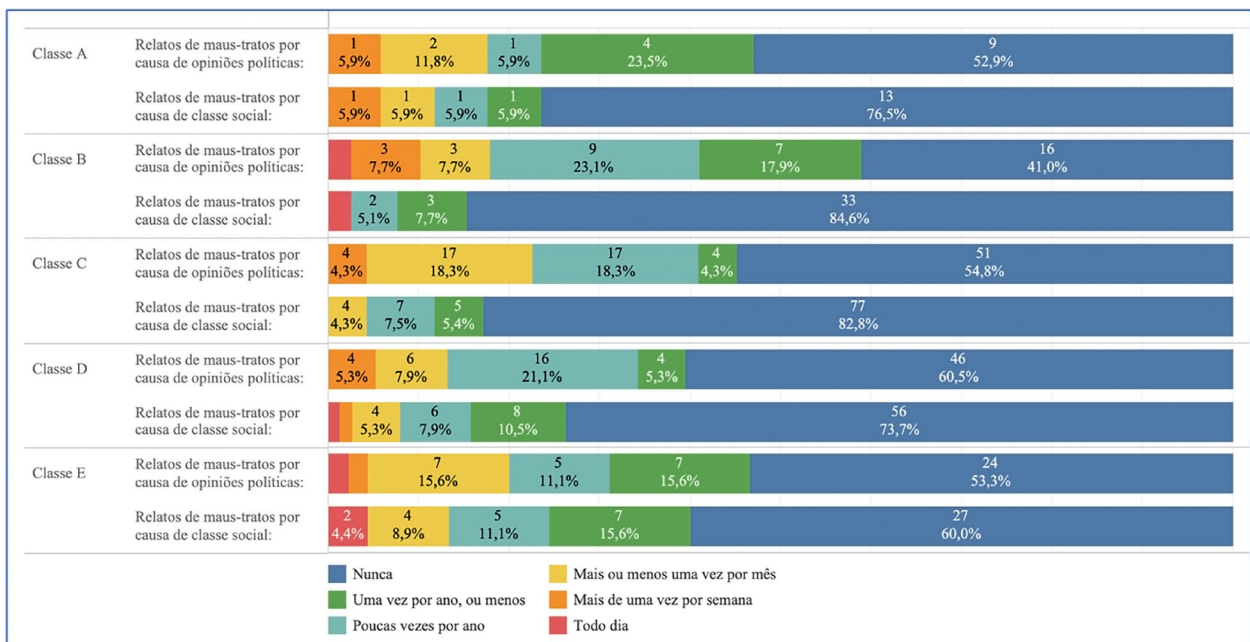
Maus-Tratos Entre Grupos Vulneráveis

Embora os participantes do estudo em geral relatem maus-tratos em decorrência de opiniões políticas com maior frequência do que em razão de outros elementos do seu perfil, é de se esperar que isso varie significativamente de acordo com a identidade/posição que o aluno ocupa nas categorias levantadas pela pergunta. É razoável supor, por exemplo, que a frequência com que homens e mulheres relatam sofrer maus-tratos por causa do seu gênero varie significativamente, que a frequência com que alunos heterossexuais e não heterossexuais relatam sofrer maus-tratos por causa da sua orientação sexual varie significativamente, e assim por diante. Logo, embora a Fig. 9 mostre que os maus-tratos por causa de opinião política sejam os mais frequentes entre o total de respondentes, não podemos afirmar que essa é a causa mais comum entre todos os grupos de alunos sem antes averiguar o quanto alunos pertencentes a grupos tradicionalmente vulneráveis relatam sofrer maus-tratos em decorrência do seu



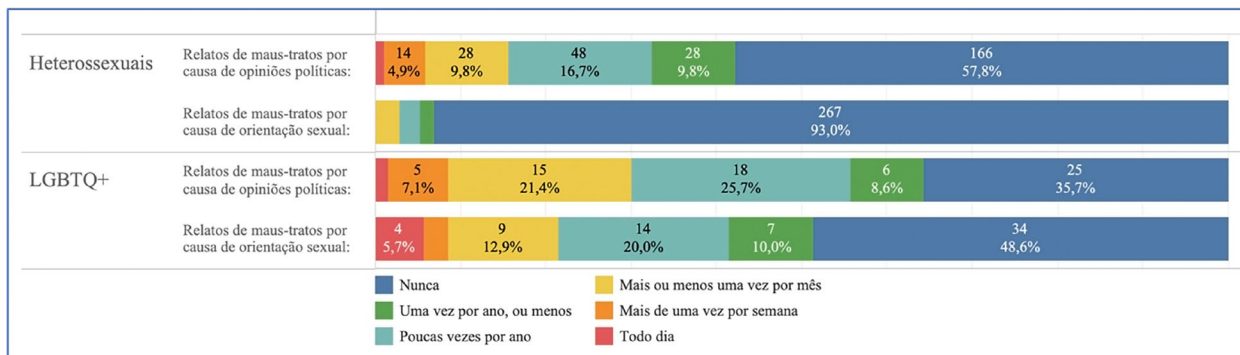
Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 11. Comparação de frequência de maus-tratos relatados por causa de gênero e opinião política entre sexos diferentes.



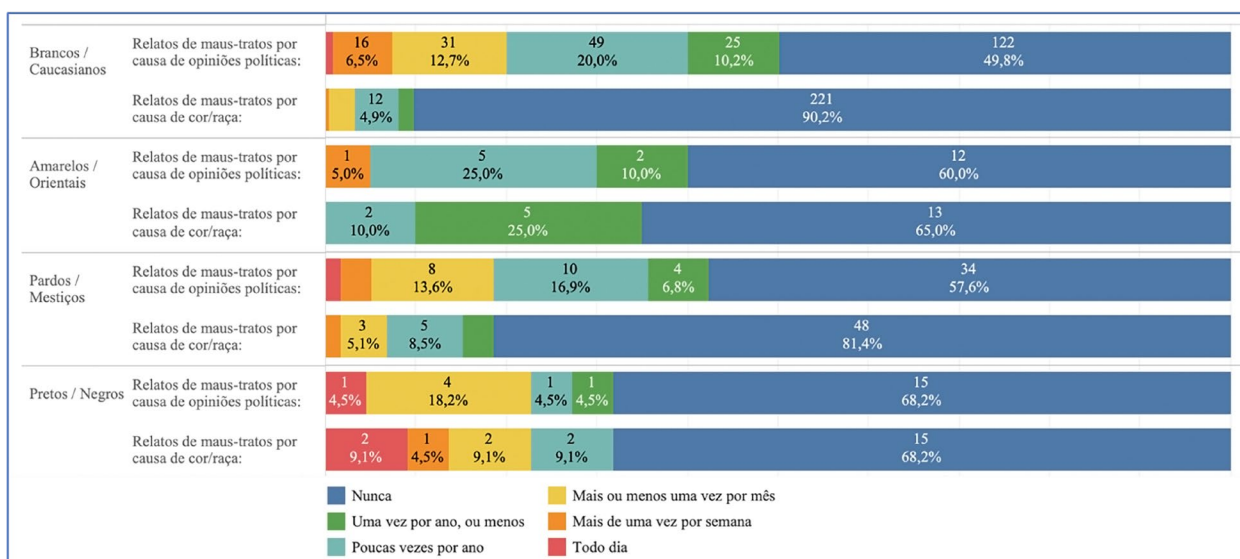
Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 12. Comparação de frequência de maus-tratos relatados por causa de classe social e opinião política entre classes sociais diferentes.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 13. Comparação de frequência de maus-tratos relatados por causa de orientação sexual e opinião política entre diferentes orientações sexuais.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 14. Comparação de frequência de maus-tratos relatado por causa de cor/raça e opinião política entre diferentes grupos de cor/raça.

pertencimento a tais grupos. As Figs. 11–14 mostram as comparações relevantes para informar essa discussão.

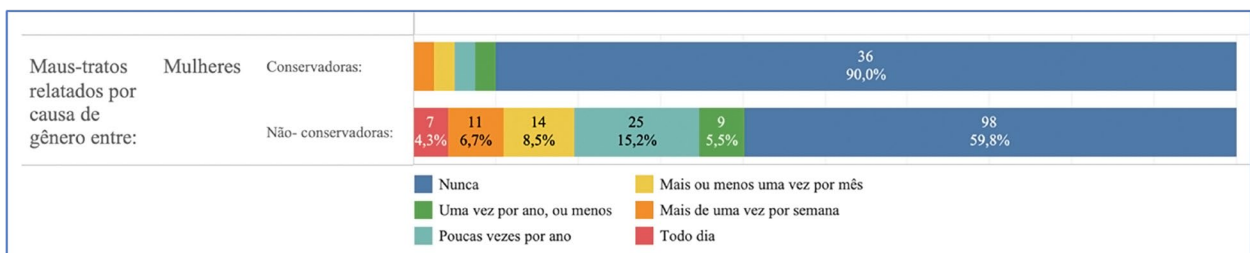
A Fig. 11 mostra que mulheres relatam sofrer maus-tratos em decorrência do seu gênero com maior frequência do que homens, e elas relatam sofrer maus-tratos em decorrência das suas opiniões políticas com maior frequência do que em decorrência do seu gênero. Na Fig. 12, nota-se que alunos de baixa renda relatam sofrer maus-tratos por causa da sua classe social com maior frequência do que os outros alunos, porém tais alunos relatam sofrer maus-tratos em decorrência das suas opiniões políticas com maior frequência do que em decorrência da sua classe social. Na Fig. 13, tem-se que alunos LGBTQ+ relatam sofrer maus-tratos em decorrência da sua orientação sexual com maior frequência do que alunos heterossexuais, mas que esse grupo de alunos relata sofrer maus-tratos em decorrência das suas opiniões políticas com maior frequência do que em decorrência da sua orientação sexual.

Na Fig. 14, nota-se que alunos não brancos relatam sofrer maus-tratos em decorrência da sua cor/raça com maior frequência do que alunos brancos, e alunos não brancos relatam sofrer maus-tratos em decorrência das suas opiniões políticas com maior frequência do que em decorrência da sua cor/raça – a única exceção ocorre entre alunos que se declararam pretos/negros, que relatam sofrer maus-tratos por causa da sua cor/raça e por causa das suas opiniões políticas com frequência relativamente parecida. Com essa ressalva, podemos dizer, de todo modo, que opiniões políticas permanecem como a principal causa de maus-tratos

relatada pelos respondentes, mesmo entre grupos tradicionalmente vistos como vulneráveis conforme as categorias de cor/raça, gênero, orientação sexual e classe social.

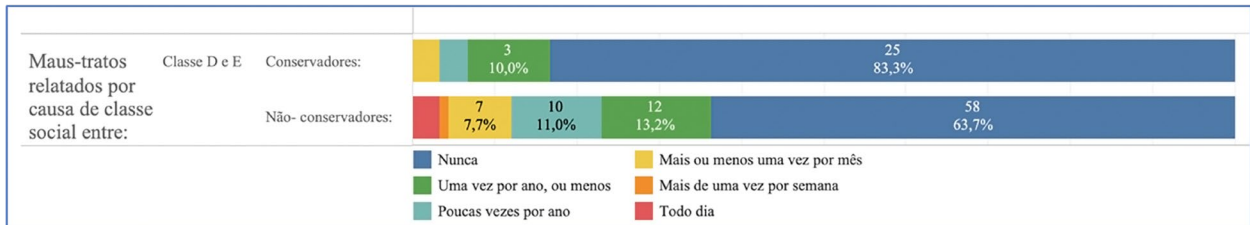
Denominação Política e Relatos de Maus-Tratos

Embora não haja diferença notável entre os maus-tratos relatados por alunos de diferentes orientações ideológicas em decorrência das suas opiniões políticas (Fig. 10), verificamos que a denominação política dos respondentes – especificamente, se o respondente se declara como conservador ou não – tem efeito considerável na frequência com que eles relatam maus-tratos em decorrência de outras causas. Na Fig. 15, por exemplo, nota-se que mulheres conservadoras relatam sofrer maus-tratos por causa do seu gênero com menor frequência do que mulheres não conservadoras. Na Fig. 16, vê-se que alunos conservadores de baixa renda relatam sofrer maus-tratos em decorrência da sua classe social com menor frequência do que alunos



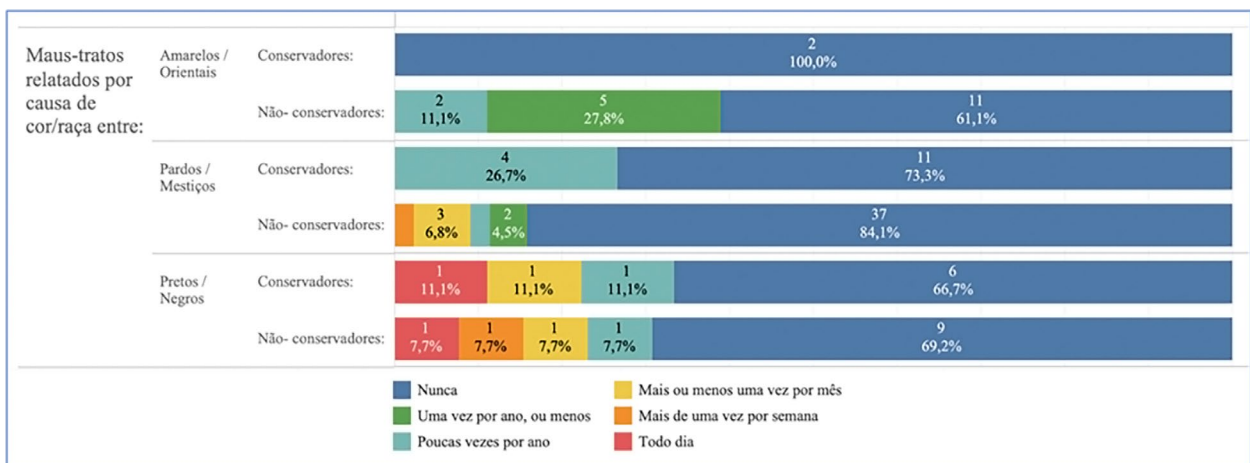
Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 15. Comparação de frequência de maus-tratos relatados por causa de gênero entre mulheres conservadoras e não conservadoras.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 16. Comparação de frequência de maus-tratos relatados por causa de classe social entre respondentes classes D e E conservadores e não conservadores.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 17. Comparação de frequência de maus-tratos relatados por causa de cor/raça entre respondentes não brancos conservadores e não conservadores.

de baixa renda não conservadores. Observa-se na Fig. 17 que, na variável cor/raça, efeito semelhante se mostra apenas entre respondentes que se declararam amarelos/orientais, mas não entre respondentes que se declararam pretos/negros ou pardos/mestiços. Não foi possível averiguar esse efeito na variável orientação sexual, pois nenhum dos 55 respondentes que se declararam LGBTQ+ se declarou conservador.

Discussão

Confirmando a hipótese que formulamos com base nos resultados da CES, nossa PCE sugere que assuntos políticos são, de fato, os que mais geram nos participantes relutância em se expressar abertamente quando comparados aos outros assuntos averiguados. Também consoantes com nossa hipótese e com resultados anteriores da CES, nossos resultados inferem que receios em torno de represálias sociais e a reprovação de outros colegas aparentam ser motivadores mais fortes para a autocensura do que receios em torno de represálias acadêmicas ou administrativas. Notamos, além disso, que a preocupação em relação ao boicote profissional politicamente motivado é também substancial entre os respondentes.

Quanto à nossa hipótese sobre os grupos mais propensos a se autocensurar, apontamos que nas amostras anteriores da CES alunos de direita se mostraram mais propensos a se autocensurar em provável decorrência do seu *status* minoritário na universidade. Seguindo a mesma lógica, prevemos que o grupo político mais propenso a se autocensurar na nossa amostra deveria ser também aquele que possui *status* minoritário.

Aqui, encontramos maior dificuldade em confirmar ou rejeitar a hipótese, pois nenhum dos grupos políticos da amostra coletada aparenta atribuir *status* minoritário a si mesmo de forma muito enfática, contudo o fato de que não há diferenças significativas nos indicadores de autocensura entre os grupos políticos da amostra poderia conferir suporte indireto para nossa hipótese: a não variabilidade nos indicadores de autocensura poderia decorrer do fato de que não há orientação ideológica percebida como notavelmente minoritária no *campus* investigado. O mesmo vale para a hipótese de que orientações ideológicas minoritárias relatariam maus-tratos com maior frequência (Fig. 10). Importa notar que, embora a percepção de que professores e administração pendem mais notavelmente à direita tenha podido contribuir para uma maior percepção de *status* minoritário entre alunos de esquerda e *status* de dominância entre alunos de direita, isso pode não ter contribuído tanto assim para a autocensura entre alunos de esquerda, porque represálias da administração e dos professores não são preocupações tão salientes quanto represálias sociais vindas de outros alunos.

Há, no entanto, uma possível exceção para a não variabilidade nos indicadores de autocensura entre orientações ideológicas diferentes. Embora o teste de Fisher não tenha acusado diferenças estatisticamente significativas tratando-se de alunos apolíticos, os resultados representados na Fig. 18 sugerem que alunos apolíticos podem ter maior grau de relutância em discutir política em sala de aula. Esse dado sugere uma limitação do nosso estudo, pois é possível que o motivo principal para a relutância elevada entre respondentes apolíticos seja sua falta de interesse ou conhecimento sobre o assunto, e não há itens no nosso questionário que capturem de forma muito direta essa motivação.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 18. Comparação de conforto/relutância em discutir política entre alunos apolíticos e outros.

A questão do interesse ou da convicção do respondente em relação a questões políticas levanta também a discussão se essa não seria uma variável relevante para se medir também entre alunos que declararam preferência por alguma denominação política tradicional. Afinal, é também possível que certos alunos, apesar do receio de sofrer represálias por suas opiniões, estejam tão convictos do mérito dessas opiniões que os tornem dispostos a pagar o preço. Tais fatores poderiam, em tese, ser tão ou mais relevantes do que o *status* minoritário/majoritário para determinar a propensão do respondente à autocensura. Iterações futuras do questionário poderiam então incluir itens para mensurar níveis de convicção ideológica e outras características individuais que poderiam mediar a propensão do respondente a se autocensurar (HAYES; GLYNN; SHANAHAN, 2005; ZHOU, 2022).

É também relevante notar, mais uma vez, que os itens da PCE que buscam delimitar perfis políticos entre os respondentes resultaram em leituras inconsistentes entre si. Isso sugere que as dimensões escolhidas para mapear o perfil político dos alunos podem não ser de todo confiáveis para pintar um quadro apurado de quais correntes ideológicas são majoritárias e minoritárias na população investigada.

A delimitação de campos político-ideológicos entre o eleitorado brasileiro é uma questão notavelmente controversa, entre outros motivos, pelo alto grau de inconsistência ideológica entre a população (FUKS; MARQUES, 2020; PEREIRA, 2020; MARQUES, 2022). É difícil, portanto, deduzir quais são as opiniões dos nossos respondentes sobre assuntos particulares com base somente em sua denominação política autodeclarada. Iterações futuras do questionário podem contemplar outros itens que permitam mapear e comparar de forma mais precisa diferentes perfis políticos, como, por exemplo, preferências eleitorais ou aprovação/reprovação de políticas públicas específicas. Esses itens ajudariam igualmente a mapear de maneira mais precisa o conteúdo das opiniões que estão se autocensurando – algo acerca de que a CES também já foi criticada por não ser capaz de fornecer (ZHOU; WILSON; ZHOU, 2022a; 2022b).

Cabe olharmos ainda para os grupos de alunos que não contemplamos em nossas hipóteses preliminares, mas que apresentaram diferenças significativas em seu grau de conforto/relutância – a saber, alunos do sexo feminino que são mais relutantes em falar sobre política, alunos de maior faixa etária que são menos relutantes em falar sobre política, e alunos LGBTQ+ que são mais relutantes em falar sobre religião. Em relação a esse último dado, é plausível que o tópico da religiosidade seja particularmente sensível para alunos LGBTQ+ pela forte ênfase das igrejas cristãs no contexto da moralidade sexual (MARIANO, 2011; GNUSE, 2015). Cabe lembrar aqui o caráter confessional evangélico da instituição onde o estudo foi realizado, o que pode ter amplificado o efeito. Dados comparativos permitiriam averiguar o quanto esse dado é generalizável ou se é particular a essa instituição.

Acerca do maior grau de autocensura entre mulheres sobre assuntos políticos, isso poderia ser ao menos parcialmente explicado pela maior proporção de mulheres que se declararam apolíticas quando comparadas aos homens (27,75% mulheres apolíticas vs. 14,67% homens apolíticos), algo que, por sua vez, sugere menor grau de engajamento político entre as mulheres da amostra, contudo várias pesquisas mostram que em diversos tópicos, sobretudo conteúdos percebidos como odiosos, violentos ou contra grupos tradicionalmente vulneráveis, mulheres tendem a ser mais favoráveis à censura do que homens (SUEDFELD; STEEL; SCHMIDT, 1994; KOWALCZYK et al., 1999; LAMBE, 2004; DROUBAY; BUTTERS; SHAFER, 2021). A maior aversão a danos interpessoais (ARMSTRONG; FRIESDORF; CONWAY, 2019) e a maior preocupação em proteger os outros (STIMPSON; JENSEN; NEFF, 1992) poderiam explicar tal atitude. Mulheres também pontuam mais alto que homens em mensurações de afabilidade (SCHMITT et al., 2008), um traço de personalidade que denota, entre outras coisas, maior tendência a evitar conflitos. Portanto, a autocensura no presente caso pode indicar que mulheres percebem tópicos políticos como particularmente ofensivos ou conflituosos, pelo menos mais que os outros seis tópicos analisados.

Quanto ao menor grau de autocensura entre respondentes de maior faixa etária sobre assuntos políticos, poderíamos avançar a hipótese de que esses alunos se sentem menos vulneráveis ao juízo negativo

dos seus colegas de sala quando comparados a alunos mais jovens pelo fato de que, presumivelmente, eles possuem laços sociais mais bem estabelecidos fora da universidade, enquanto alunos mais jovens são mais dependentes dos seus laços sociais dentro da universidade. Outra hipótese plausível é a de que há diferenças geracionais na propensão à autocensura. Jonathan Haidt e colegas argumentam que, nos Estados Unidos, atitudes contrárias à liberdade de expressão nos *campi* universitários americanos vêm aumentando tanto por parte da nova geração de estudantes (STEVENS, 2018a) quanto pela administração universitária (STEVENS, 2018b). Mais estudos são necessários, no entanto, para determinar em que medida as tendências culturais e psicossociais apontadas por Haidt se fazem presentes também no Brasil (LUKIANOFF; HAIDT, 2018).

Além dos itens de autocensura, nosso estudo fez descobertas relevantes relacionadas ao item maus-tratos entre alunos. Quanto à frequência e às causas de maus-tratos, confirmamos nossa hipótese de que opiniões políticas seriam a causa mais frequente. Descobrimos ainda que essa tende a ser a causa mais frequente de maus-tratos relatada até mesmo entre alunos que detêm *status* de vulnerabilidade nas categorias de gênero, classe social, orientação sexual e raça. Essa descoberta é particularmente relevante quando consideramos, por um lado, a ampla difusão de programas que buscam combater o preconceito a esses grupos vulneráveis ao promover a inclusão de gênero, raça, classe social e orientação sexual na educação superior (BRASIL, 2017) e, por outro lado, a relativa escassez de programas que buscam combater o preconceito *político* na educação superior. Apesar da diferença de prestígio e difusão que esses dois tipos de programa hoje obtêm, nossos resultados sugerem que programas do segundo tipo poderiam ser no mínimo tão bem recebidos pelo corpo discente quanto programas do primeiro tipo, dado que alunos de todas as denominações políticas e categorias demográficas parecem ser negativamente afetados pela intolerância política no seu dia a dia no *campus*.

Ainda em torno do item maus-tratos, encontramos fortes evidências de que a orientação política dos respondentes é um fator influente para suas percepções e experiências de maus-tratos no *campus*. Talvez nenhum dado torne isso tão evidente quanto o que vemos na Fig. 15, que compara a frequência com que mulheres conservadoras e mulheres não conservadoras relatam sofrer maus-tratos por causa do seu gênero. Embora seja possível que mulheres conservadoras de fato sofram maus-tratos por causa do seu gênero com frequência menor que mulheres não conservadoras, uma hipótese mais plausível talvez seja a de que a diferença observada se dá principalmente por causa das várias interpretações que esses dois grupos de mulheres fazem da sua experiência no *campus* e do que constituem maus-tratos.

Isso não é de modo nenhum surpreendente quando consideramos achados de outros estudos mostrando que membros de grupos tradicionalmente vulneráveis variam imensamente naquilo que consideram atos ou discursos ofensivos (EKINS, 2017). Embora haja pouca margem para interpretação tratando-se de atos como agressão física ou injúrias explícitas e intencionais, existem atos para os quais um espectro mais amplo de interpretação se aplica. Nosso estudo presta suporte à tese de que orientação política dos sujeitos é um fator bastante relevante para se prever em qual polo do espectro interpretativo tais atos mais ambíguos cairão.

Descobrimos também que a orientação política do respondente influencia não apenas como ele interpreta suas próprias experiências, mas também como ele interpreta a experiência de outros alunos. Como notamos nas Figs. 5–7, alunos de esquerda creem existir um grau substantivamente maior de autocensura entre alunos pertencentes a grupos tradicionalmente vulneráveis do que entre alunos pertencentes a grupos tradicionalmente dominantes, e alunos conservadores creem haver uma diferença menor no grau de autocensura entre esses grupos. Embora nossos resultados mostrem que mulheres têm maior propensão a se autocensurar sobre especificamente tópicos políticos e respondentes LGBTQ+ têm maior propensão a se autocensurar sobre especificamente tópicos religiosos, de resto a comparação entre outros grupos de alunos não confirma a percepção, difundida entre os respondentes, de que os grupos mais propensos a se autocensurar seguiria, em geral, a tradicional hierarquia da opressão interseccional.

Limitações e Direções Futuras

A aplicação da PCE apresenta um importante ponto de partida para explorar o fenômeno da autocensura na educação superior brasileira em um contexto de crescente polarização política, contudo as limitações do presente estudo precisam ser reconhecidas e abordadas em estudos futuros sobre o tema de modo a gerar dados mais robustos.

Reconhecemos, primeiramente, que o tamanho da amostra deste estudo compromete análises de significância estatística, de maneira particular na comparação de subgrupos de tamanho reduzido. Além disso, nossa amostra dificilmente pode ser considerada representativa da realidade vivida nos diversos *campi* universitários Brasil afora. Não temos como avaliar precisamente o grau de representatividade ou de não representatividade da nossa amostra sem dados comparativos de outras universidades no Brasil. Um próximo passo necessário para avançar em tal discussão seria, portanto, a realização de estudos semelhantes em outras universidades brasileiras de modo a fornecer tanto padrões comparativos quanto amostras maiores. Antes de dar esse passo, tampouco podemos avançar, com qualquer nível de confiança, em comparações entre o clima de expressão na educação superior brasileira e o na americana.

As limitações do presente estudo também apontam caminhos para o aprimoramento do questionário em si. Por exemplo, como já apontado, os itens voltados ao mapeamento do perfil ideológico do respondente não oferecem uma ideia muito clara de como o respondente entende as categorias e denominações político-ideológicas incluídas no questionário. Próximas iterações do questionário poderiam averiguar não apenas a autodeclarada orientação ideológica geral do respondente, mas o seu posicionamento quanto a políticas públicas específicas, idealmente relacionadas aos temas sensíveis levantados no questionário, de modo que possamos ter uma ideia melhor de quais opiniões os respondentes sentem maior relutância em expressar. Também seria vantajoso incluir itens para mensurar a convicção do respondente no que tange a essas opiniões de maneira a permitir uma discussão mais aprofundada sobre as motivações dos respondentes.

Apesar da ambiguidade em relação ao que os respondentes entendem por direita, esquerda, conservador, liberal etc., os resultados do presente estudo sugerem que a orientação política do respondente influencia de forma significativa suas percepções e experiências no *campus* – talvez até mais significativamente do que outros elementos do seu perfil, como cor/raça, gênero, orientação sexual e classe social. Próximas iterações da PCE poderiam tentar aprofundar essa discussão e avaliar a relativa importância que o próprio respondente dá a esses elementos na constituição do seu senso de identidade. Isso permitiria também uma discussão mais aprofundada dos custos psicológicos tanto da autocensura quanto dos maus-tratos sofridos em decorrência desses diversos elementos.

Considerando que os alunos da nossa amostra expressam preocupação principalmente no tocante à pressão social dos seus pares, é justificado que no futuro investiguemos não somente as atitudes dos alunos que se autocensuram, mas também as dos alunos que estão dispostos a exercer essa pressão. Instrumentos que buscam avaliar as atitudes dos alunos em relação à liberdade de expressão e à imposição de custos sociais sobre aqueles que expressam opiniões que divergem das suas podem servir como útil complemento aos itens da PCE (KNIGHT FOUNDATION, 2018). Isso não apenas ajudaria pesquisadores a avaliar se as preocupações expressas pelos alunos que se autocensuram por receio de represálias sociais são justificadas, mas também auxiliaria educadores a abordar essas preocupações de forma mais informada e eficaz. Além do mais, comparar tais atitudes entre grupos e recortes de tempo diferentes ajudaria a investigar se as hipóteses levantadas por Jonathan Haidt e colegas sobre o crescimento de atitudes contrárias à liberdade de expressão nos *campi* universitários americanos (STEVENS, 2018a; 2018b) se verifica também nos *campi* brasileiros.

Vale salientar ainda que a pesquisa com base em questionários é inerentemente limitada quando não complementada por métodos qualitativos. Nosso estudo se beneficiaria, portanto, da incorporação de uma etnografia do *campus* universitário que buscasse observar os membros dessa comunidade *in loco* e, por meio de entrevistas direcionadas, escavar e aprofundar as interpretações que eles fazem da própria experiência.

Dada a aparente prevalência de conflitos politicamente motivados no *campus*, é provável que muitos alunos estejam dispostos a compartilhar suas experiências em torno desses assuntos e que seus relatos nos ajudem a pintar um quadro mais detalhado do clima de expressão na educação superior.

Por último, ressaltamos que o presente estudo foi realizado em meio à pandemia de Covid-19, período de patente exacerbação política e tensão psicológica. Mensurar o grau de excepcionalidade que isso implica para os resultados do presente estudo, no entanto, também só será possível com a coleta de dados comparativos.

Intervenção

Embora haja muito que ainda não sabemos sobre os fenômenos da autocensura e polarização nos *campi* universitários brasileiros, o presente estudo oferece ao menos alguns pontos de orientação prática para aqueles interessados em abordar essas questões. A começar pelo reconhecimento da relevância do tema e da importância em avançar nosso entendimento em torno dele. Embora o clima de expressão no *campus* universitário seja frequentemente foco de atenção midiática e de crítica cultural, pouco se produz em torno dele em termos de estudos acadêmicos no Brasil (FRANCO, 2020). Não é nada implausível a hipótese de que o tema da autocensura no meio acadêmico seja, ele próprio, objeto de autocensura – afinal, a possibilidade de que alunos não se sentem seguros para se expressar livremente no ambiente universitário não é de todo lisonjeira para nossas instituições de ensino. Quebrar o silêncio em torno do tema se coloca, portanto, como talvez a primeira e mais óbvia ação para sinalizar preocupação institucional e inaugurar esforços explícitos para promover a segurança psicológica que nossos alunos precisam para evitar que o hábito da autocensura se prolifere.

Apontamos neste estudo para o fato de que, entre alunos que se autocensuram, as preocupações em torno de represálias sociais vindas de outros alunos superam preocupações em torno de represálias acadêmicas ou institucionais. Isso não significa que não haja medidas acadêmicas ou institucionais que possam ser tomadas para abordar as preocupações que esses alunos consideram mais relevantes. Programas pedagógicos voltados ao desenvolvimento de competências conversacionais, tolerância a pontos de vista divergentes e técnicas de resolução de conflitos, por exemplo, podem ajudar os alunos a tornarem suas discordâncias mais construtivas e menos sujeitas às consequências negativas que despertam seu receio (ver, por exemplo WELKER et al., 2023). Vale enfatizar que tais competências também capacitam o aluno para o inquérito científico, o engajamento cívico, o convívio social e o sucesso profissional em várias áreas. Logo, desenvolvê-las não representa de modo nenhum um desvio de foco para nossas instituições de ensino superior (JOHNSON; JOHNSON; TJOSVOLD, 2000; HESS, 2009; ZIMMERMAN; ROBERTSON, 2017).

Quanto a medidas institucionais mais abrangentes, já mencionamos a ampla aderência das nossas instituições de ensino superior ao combate ao preconceito de gênero, raça, classe social e orientação sexual. Considerando o que sabemos sobre os danos causados por essas formas de preconceito, o mérito desse comprometimento dispensa mais elaborações. Menos reconhecidos, no entanto, são os danos causados pela intolerância político-ideológica no desenvolvimento educacional, psicossocial e cívico dos nossos alunos. Nossos resultados sugerem que esses danos podem ser ao menos comparáveis com aqueles decorrentes das outras formas de preconceito já mencionadas. Levando em conta o quadro de crescente polarização política observado no Brasil e em várias partes do mundo, nosso estudo sugere que instituições de ensino que sinalizam seu comprometimento com a tolerância política e com o acolhimento a dissidências ideológicas podem encontrar apoio potencialmente amplo para seus esforços.

Conclusão

O presente estudo buscou avançar em um debate ainda pouco explorado por estudos acadêmicos no Brasil. Apesar da proliferação de evidências anedóticas, a maneira como a polarização política e a autocensura decorrente dela afetam nossos ambientes de ensino-aprendizagem é um tema que ainda não recebeu atenção sistemática por parte da nossa comunidade científica. Isso torna escassa também a oferta de recursos para que nossas universidades enfrentem de maneira informada e propositiva os desafios educacionais colocados pelo atual contexto de polarização política. Embora o presente estudo esteja longe de oferecer um mapeamento completo de como esses desafios se manifestam no *campus*, esperamos que os métodos aqui discutidos possam ser aprimorados e sua aplicação expandida de forma a auxiliar alunos, professores e administradores universitários interessados no problema.

Contribuição dos Autores

Problematização e Conceituação: Franco PD; **Metodologia:** Franco PD, Luzardo A, Bailoni LF, Fassula FC; **Escrita:** Franco PD.

Agradecimentos

Os autores deste artigo gostariam de expressar reconhecimento ao professor Gabriel Giannattasio, sem o qual as portas para a realização desta pesquisa não teriam se aberto.

Notas

1. A Heterodox Academy é uma organização acadêmica sem fins lucrativos fundada em 2015 com o objetivo declarado de promover a livre indagação, a diversidade de pontos de vista e a discordância construtiva como meio de aprimorar a qualidade da pesquisa e do ensino na educação superior. Seu *site* é: www.heterodoxacademy.org. Acesso em: 29 out. 2023.

Referências

ABRAMOWITZ, A. I.; SAUNDERS, K. L. Is Polarization a Myth? **The Journal of Politics**, v. 70, n. 2, 2008. <https://doi.org/10.1017/S0022381608080493>

ABRAMS, S.; KHALID, A. Are Colleges and Universities Too Liberal? What the Research Says About the Political Composition of Campuses and Campus Climate. **Heterodox Academy**, 2020. Disponível em: <https://heterodoxacademy.org/blog/are-colleges-and-universities-too-liberal-what-the-research-says-about-the-political-composition-of-campuses-and-campus-climate/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

AL-GHARBI, M. Data on How Ideological (Under)Representation Compares to (Under)Representation Along the Lines of Race, Gender or Sexuality. **Heterodox Academy**, 2018. Disponível em: <https://heterodoxacademy.org/blog/ideological-underrepresentation-compared-to-race-gender-sexuality/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

ARMSTRONG, J.; FRIEDSORE, R.; CONWAY, P. Clarifying Gender Differences in Moral Dilemma Judgments: The Complementary Roles of Harm Aversion and Action Aversion. **Social Psychological and Personality Science**, v. 10, n. 3, p. 353-363, 2019. <https://doi.org/10.1177/1948550618755873>

BRASIL. Ministério da Educação. Ações do MEC ajudam a combater preconceito e discriminação. **Portal do MEC**, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/53151-direitos-humanos>. Acesso em: 29 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 31 ago. 2023.

CABRAL, B. F. Freedom of speech: Considerações sobre a liberdade de expressão e de imprensa no direito norte-americano. **Jus.com.br**, 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/17476/freedom-of-speech>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CAVALCANTE FILHO, J. T. **O discurso do ódio na jurisprudência alemã, americana e brasileira**. São Paulo: Saraiva Jur, 2018.

CHONG, D. Free Speech and Multiculturalism in and out of the Academy. **Political Psychology**, v. 27, n. 1, p. 29-54, 2006. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2006.00448.x>

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA. **Ofício Circular nº 2/2021/Conep/SECNS/MS**. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

COOK, P.; HEILMANN, C. Censorship and Two Types of Self-Censorship. **Political Studies**, v. 61, n. 1, p. 178-196, 2012. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2012.00957.x>

CUNHA, R.; MAURO, A.; BANQUIERI, R. Mapa da apuração no Brasil. **G1**, 2018. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/mapa-da-apuracao-no-brasil-presidente/2-turno>. Acesso em: 15 fev. 2023.

DOWNS, D. A. **Free Speech and Liberal Education: A Plea for Intellectual Diversity and Tolerance**. Cato Institute, 2020.

DROUBAY, B.; BUTTERS, R.; SHAFER, K. The Pornography Debate: Religiosity and Support for Censorship. **Journal of Religion and Health**, v. 60, p. 1652-1667, 2021. <https://doi.org/10.1007/s10943-018-0732-x>

EKINS, E. **The State of Free Speech and Tolerance in America: Attitudes About Free Speech, Campus Speech, Religious Liberty, and Tolerance of Political Expression**. Cato Institute, 2017. Disponível em: <https://www.cato.org/survey-reports/state-free-speech-tolerance-america>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FRANCO, P. D. Diversidade ideológica na educação superior: Paralelos e reflexões sobre o caso americano. In: INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP. Liberdade Acadêmica e Diversidade de Pensamento na Educação Brasileira Hoje. **YouTube**, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eRji3kasF90&t=320s>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FUKS, M.; MARQUES, P. Afeto ou ideologia: medindo polarização política no Brasil? In: ENCONTRO DA ABCP, 12., 2020, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2020.

- FUKS, M.; RIBEIRO, E.; BORBA, J. Antipartisanship and political tolerance in Brazil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, n. 76, e009, 2020. <https://doi.org/10.1590/1678-987320287609>
- GIANNATTASIO, G. **O Livro Proibido: Totalitarismo, Intolerância e Pensamento Único na Universidade**. Londrina: E.D.A., 2022.
- GNUSE, R. K. Seven Gay Texts: Biblical Passages Used to Condemn Homosexuality. **Biblical Theology Bulletin**, v. 45, n. 2, p. 68-87, 2015. <https://doi.org/10.1177/0146107915577097>
- GORSKI, P. C.; GOODMAN, R. D. Is There a “Hierarchy of Oppression” in U.S. Multicultural Teacher Education Coursework? **Action in Teacher Education**, v. 33, n. 5-6, p. 455-475, 2011. <https://doi.org/10.1080/01626620.2011.627305>
- HAYES, A. F. Exploring the Forms of Self-Censorship: On the Spiral of Silence and the Use of Opinion Expression Avoidance Strategies. **Journal of Communication**, v. 57, n. 4, p. 785-802, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2007.00368.x>
- HAYES, A. F.; GLYNN, C. J.; SHANAHAN, J. Willingness to Self-Censor: A Construct and Measurement Tool for Public Opinion Research. **International Journal of Public Opinion Research**, v. 17, n. 3, p. 298-323, 2005. <https://doi.org/10.1093/ijpor/edh073>
- HESS, D. E. **Controversy in the Classroom: The Democratic Power of Discussion**. Nova York: Routledge, 2009.
- JACOBSON, D. Mill on Freedom of Speech. In: MACLEOD, C.; MILLER, D. E. (org.). **A Companion to Mill**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2016. p. 440-453.
- JANIS, I. J. **Groupthink: Psychological Studies of Policy Decisions and Fiascoes**. Boston: Cengage Learning, 1982.
- JOHNSON, D. W.; JOHNSON, R. T.; TJOSVOLD, D. Constructive controversy: The value of intellectual opposition. In: DEUTSCH, M.; COLEMAN, P. T. (org.). **The handbook of conflict resolution: Theory and practice**. San Francisco: Jossey-Bass/Wiley, 2000. p. 65-85.
- KNIGHT FOUNDATION. Free expression on campus: What college students think about First Amendment issues. **Knight Foundation**, 2018. Disponível em: https://knightfoundation.org/wp-content/uploads/2020/01/Knight_Foundation_Free_Expression_on_Campus_2017.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.
- KOWALCZYK, L.; PASTOREK, A.; PLOTKIN, R. S.; SILBERG, K. J. Support for Censorship of Television Violence: The Role of the Third-Person Effect and News Exposure. **Communication Research**, v. 26, n. 6, p. 726-742, 1999. <https://doi.org/10.1177/009365099026006004>
- KURAN, T. **Private Truths, Public Lies: The Social Consequences of Preference Falsification**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- LAMBE, J. L. Who Wants to Censor Pornography and Hate Speech? **Mass Communication and Society**, v. 7, n. 3, p. 279-299, 2004. https://doi.org/10.1207/s15327825mcs0703_2
- LANGBERT, M. Homogeneous: The Political Affiliations of Elite Liberal Arts College Faculty. **Academic Questions**, v. 31, p. 186-197, 2018. <https://doi.org/10.1007/s12129-018-9700-x>

- LEA, J. **Political Correctness and Higher Education: British and American Perspectives**. Londres: Routledge, 2008.
- LELKES, Y. Mass Polarization: Manifestations and Measurements. **Public Opinion Quarterly**, v. 80, supl. 1, p. 392-410, 2016. <https://doi.org/10.1093/poq/nfw005>
- LUKIANOFF, G.; HAIDT, J. **The Coddling of the American Mind: How Good Intentions and Bad Ideas Are Setting Up a Generation for Failure**. Nova York: Penguin Books, 2018.
- MARIANO, R. Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2011.2.9647>
- MARQUES, P. H. Dimensão e Determinantes do Pensamento Ideológico entre os Brasileiros. **Agenda Política**, v. 8, n. 1, p. 78-105, 2022. em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/309>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- MILL, J. S. (2018). **Sobre a Liberdade**. São Paulo: Vide Editorial.
- ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. M.; ZEINE, L. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. **Opinião Pública**, v. 28, n. 1, p. 62-91, 2022. <https://doi.org/10.1590/1807-0191202228162>
- PAIM, A. **Liberdade Acadêmica e Opção Totalitária: Um Debate Memorável**. Rio de Janeiro: Távola Editorial, 2019.
- PATRICK, B. C.; STOCKBRIDGE, S.; ROOSA, H. V.; EDELSON, J. S. Self-silencing in school: Failures in student autonomy and teacher-student relatedness. **Social Psychology of Education**, v. 22, p. 943-967, 2019. <https://doi.org/10.1007/s11218-019-09511-8>
- PEREIRA, F. B. *Non causa pro causa*: o voto de direita e esquerda no Brasil. **Opinião Pública**, v. 26, n. 2, p. 154-179, 2020. <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/1807-01912020262154>
- PERLOW, L. **When You Say Yes but Mean No: How Silencing Conflict Wrecks Relationships and Companies... and What You Can Do About It**. Nova York: Crown Business, 2003.
- REVERS, M.; TRAUNMÜLER, R. Is Free Speech in Danger on University Campus? Some Preliminary Evidence from a Most Likely Case. **KZfSS Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, v. 72, p. 471-479, 2020. <https://doi.org/10.1007/s11577-020-00713-z>
- SCHEUFLE, D. A.; MOY, P. Twenty-five years of the spiral of silence: a conceptual review and empirical outlook. **International Journal of Public Opinion Research**, v. 12, n. 1, p. 3-28, 2000. <https://doi.org/10.1093/ijpor/12.1.3>
- SCHMITT, D. P.; REALO, A.; VORACEK, M.; ALLIK, J. Why 'an't a man be more like a woman? Sex differences in Big Five personality traits across 55 cultures. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 94, n. 1, p. 168-182, 2008. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.94.1.168>
- SNYDER, B. K. Free Speech and Mental Health in School: A Summary of the Psychology Literature. **FIRE.org**, 2020. Disponível em: <https://www.thefire.org/research-learn/free-speech-and-mental-health-school>. Acesso em: 15 fev. 2023.

- STEVENS, S. The Skeptics are Wrong Part 1: Attitudes About Free Speech On Campus are Changing. **Heterodox Academy**, 2018a. Disponível em: <https://heterodoxacademy.org/blog/skeptics-are-wrong-about-campus-speech/>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- STEVENS, S. The Skeptics Are Wrong Part 2: Speech Culture on Campus is Changing. **Heterodox Academy**, 2018b. Disponível em: <https://heterodoxacademy.org/blog/the-skeptics-are-wrong-part-2/>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- STIMPSON, D.; JENSEN, L.; NEFF, W. Cross-Cultural Gender Differences in Preference for a Caring Morality. **The Journal of Social Psychology**, v. 132, n. 3, p. 317-322, 1992. <https://doi.org/10.1080/00224545.1992.9924706>
- SUEDFELD, P.; STEEL, G.; SCHMIDT, P. Political Ideology and Attitudes Toward Censorship. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 24, n. 9, p. 765-781, 1994. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.1994.tb00611.x>
- SUNSTEIN, C. R. **Why Societies Need Dissent**. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- WARBURTON, N. **Liberdade de Expressão: Uma Breve Introdução**. Belo Horizonte: Dialética, 2020.
- WELKER, K. M.; DUONG, M.; RAKHSHANI, A.; DIEFFENBACH, M.; COLEMAN, P.; HAIDT, J. The Online Educational Program ‘Perspectives’ Improves Affective Polarization, Intellectual Humility, and Conflict Management. **Journal of Social and Political Psychology**, v. 11, n. 2, p. 437-457, 2023. <https://doi.org/10.5964/jspp.10651>
- WRIGHT, J. P.; MOTZ, R. T.; NIXON, T. S. Political disparities in the academy: It’s more than self-selection. **Heterodox Academy**, 2019. Disponível em: <https://heterodoxacademy.org/blog/social-science-political-disparities-self-selection/>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- WYATT, R. O.; KATZ, E.; LEVINSOHN, H.; AL-HAJ, M. The Dimensions of Expression Inhibition: Perceptions of Obstacles to Free Speech in Three Cultures. **International Journal of Public Opinion Research**, v. 8, n. 3, p. 229-247, 1996. <https://doi.org/10.1093/ijpor/8.3.229>
- ZHOU, S. Individual Differences and Campus Expression: Associated Constructs and Measures. **Heterodox Academy**, 2022. Disponível em: <https://heterodoxacademy.org/wp-content/uploads/2022/07/Individual-Differences-and-Campus-Expression-Associated-Constructs-and-Measures-2-1.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- ZHOU, S.; WILSON, J.; ZHOU, S. The Self-Censorship Crisis in Higher Ed: How Accurate is the Data? (Part 1). **Heterodox Academy**, 2022a. Disponível em: <https://heterodoxacademy.org/blog/the-self-censorship-crisis-in-higher-ed-how-accurate-is-the-data/>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- ZHOU, S.; WILSON, J.; ZHOU, S. The Self-Censorship Crisis in Higher Ed: How Accurate is the Data? (Part 2). **Heterodox Academy**, 2022b. Disponível em: <https://heterodoxacademy.org/blog/the-self-censorship-crisis-in-higher-ed-how-accurate-is-the-data-part-2/>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- ZHOU, S.; ZHOU, S. Understanding the Campus Expression Climate: A Research Report from 2019, 2020, and 2021. **Heterodox Academy**, 2022. Disponível em: https://issuu.com/heterodoxacademy/docs/ces_summative_research_report_2022_final. Acesso em: 29 out. 2023.
- ZIMMERMAN, J.; ROBERTSON, E. **The Case for Contention: Teaching Controversial Issues in American Schools**. Chicago: University of Chicago Press, 2017.

Sobre os Autores

PEDRO DAMAZIO FRANCO é bacharel em Comunicação Social e mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Também é mestre em Estudos Interdisciplinares com ênfase em Educação e Psicologia pela New York University. Atualmente é doutorando do Programa de Psicologia Social e Organizacional da Columbia University, Teacher's College. É bolsista pelo Morton Deutsch International Center for Cooperation and Conflict Resolution, onde coordena o Polarization Detox Challenge e integra o Dynamical Conversations Lab. Também é fundador e coordenador-geral do ProjetoPrisma.org. Atua nas áreas de polarização e despolarização política.

ANDRÉ LUZARDO é bacharel em Matemática pela University of Edinburgh e doutor em Ciências da Computação pela City University, de Londres. Atualmente é docente da Universidad Anáhuac Veracruz.

LUDMILA FRATUCCI BAILONI é economista pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), graduada em Serviços Jurídicos pelo Centro Universitário Filadélfia (UniFil), MBA em Gestão Empresarial com Ênfase em Direção Estratégica pela Fundação Getulio Vargas e MBA em Gestão de Projetos, em Metodologias Inovadoras de Aprendizagem e em Inovação e Empreendedorismo pela UniFil. É mestranda do Programa de Ensino de Ciências e Educação Matemática pela UEL e pesquisadora da área de educação, ciências e tecnologia. É chefe de gabinete da reitoria da UniFil e líder de projetos inovadores.

FERNANDA CLIVATI FASSULA é graduada em Psicologia e especialista em RH: Gestão de Pessoas e Competência pelo Centro Universitário Filadélfia (UniFil). Também é especialista em Estatística com Ênfase em Pesquisa Quantitativa pela Universidade Estadual de Londrina. Foi aluna especial da disciplina Perspectivas Teóricas de Psicologia da Educação, do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. É coordenadora da Comissão Própria de Avaliação do UniFil.

Recebido: 15 Fev. 2023

Aceito: 29 Set. 2023